

## **ESCOLA, JUVENTUDE E VIOLÊNCIA**

Ana Maria Alexandre Leite (Mestre em Educação – PUC-Rio)\*

Eliane Ribeiro Andrade (Doutora em Educação – UFF)

Luiz Carlos Gil Esteves (Doutor em Educação – UFRJ)

Maria Fernanda Rezende Nunes (Doutora em Educação – UFRJ)

Maria Inês do Rego Monteiro Bomfim (Doutoranda em Educação – UFRJ)

Miguel Farah Neto (Mestre em Educação – PUC-Rio)

Resumo: O texto discute questões relacionadas a violência e juventude e seus reflexos no âmbito escolar. A escola pública constitui um campo plural e diversificado, marcado por dificuldades, mas também reúne condições mediante a construção de um projeto político pedagógico capaz de instituir práticas e respostas inesperadas que possam modificar o rumo da história dos jovens das classes populares lá inseridos.

Palavras-chaves: escola, juventude e violência

### **ABSTRACT**

The text discusses related subjects the violence and youth and their reflexes in the school extent. The public school is a plural field and diversified, marked by difficulties, but it also gathers conditions by the construction of a pedagogic political project capable to institute practices and unexpected answers that can modify the direction of the youths' of the popular classes history there inserted.

Keywords: school, youth and violence

A questão da violência envolvendo a juventude assume especial significado no Brasil, largamente identificado e reconhecido como “um país jovem”, tanto pela cronologia de sua história oficial quanto pela estrutura etária de sua população. De acordo com o Censo Demográfico de 2000 (IBGE), haveria 34.081.330 de jovens entre 15 e 24 anos de idade – cerca de 20% da população –, dos quais mais de 20 milhões vivendo nas Regiões Metropolitanas.

Face a essa imagem de “país jovem”, cabe a nós, educadores, perguntar: que lugar estamos reservando à juventude? O presente tem demonstrado que os jovens constituem parcela significativa do imenso contingente de brasileiros vitimados pelos processos de exclusão e desigualdade. As últimas décadas exibem as marcas desses processos, seja na precariedade das políticas educacionais, na escassez das oportunidades de trabalho ou no difícil usufruto de condições mínimas de existência digna. É importante ter claro que tais marcas, eventualmente, podem estar apenas aparentemente suavizadas, ao se avaliar que, a despeito de o acesso à educação ter sido bastante ampliado nesse período, não houve, necessariamente, um aumento das possibilidades de inclusão social, dada a crescente perda de qualidade do ensino.

A elevação acelerada dos níveis de violência a que está submetida a população - notadamente a população jovem - parece ser conseqüência inevitável desse quadro. Tal panorama vem originando iniciativas de distintas naturezas, cujo objetivo é a produção de espaços que possam garantir minimamente canais de manifestações afirmativas das diversas juventudes, tendo a escola como referência essencial de ação.

Ao se examinar o fenômeno, constata-se que, não raras vezes, a escola tende a aparecer na medida de sua configuração como instância atingida pela violência, seja aquela gerada internamente, no âmbito do cotidiano escolar, seja a resultante da interferência de processos originados externamente. Entretanto, é necessário que se tenha claro que a violência na escola não pode ser analisada como um fenômeno isolado, parte que é de um processo mais amplo, que extrapola os limites da unidade escolar, pois implica uma série de fatores que dizem respeito ao contexto social como um todo. O consenso se dá no sentido de que se desenvolva uma intervenção que represente contraponto à violência. Seu sucesso, porém, estaria condicionado ao envolvimento da participação das famílias, das comunidades e das escolas no processo.

No bojo desse debate, merece ser abordada a forma como as políticas voltadas para a juventude revelam o espaço escolar. Há, por certo, uma gama de olhares sobre os papéis a serem desempenhados pela escola e, em conseqüência, distintas expectativas a respeito dos possíveis resultados das ações levadas a efeito. Enquanto em algumas delas o que se valoriza é fundamentalmente a infra-estrutura física que o estabelecimento escolar oferece, em outras é a própria especificidade das funções que a instituição desempenha que a faz reconhecida como *locus* potencialmente privilegiado para o investimento em um processo de mudança de atitude e comportamento dos jovens. Concretamente, porém, tais políticas adquirem feições próprias e plurais, refletindo fatores e processos que, freqüentemente, são desprezados nas análises e avaliações realizadas a seu respeito.

A relação entre escola e juventude: uma questão sempre atual.

Na atualidade, pode-se reconhecer a existência de um movimento, de parte dos mais variados segmentos da sociedade, caracterizado por diversas iniciativas direcionadas ao fortalecimento de ações pautadas na construção de trajetórias cidadãs para a juventude, a partir de novas oportunidades e alternativas, muitas das quais apoiadas em propostas que colocam a escola como espaço privilegiado dessas ações.

Tal movimento, progressivamente, vem dando corpo a uma rede de parcerias entre diferentes atores - o poder público, organizações não-governamentais, organismos internacionais, movimentos sociais, empresariado etc. Entretanto, no que se refere às políticas adotadas, quando não se restringem à mera propaganda, revestem-se, freqüentemente, de caráter pontual e apresentam-se sob a forma de ações fragmentadas, focalizando mais as conseqüências do que as causas dos problemas, o que sinaliza a necessidade de serem desenvolvidos novos estudos a respeito delas, muitas das quais apresentando como traço comum o fato de reconhecerem a escola como elo possível para intervenções destinadas a questões sociais que envolvem os jovens.

Certamente, os últimos anos correspondem a um período marcado pela assunção, por parte da escola, de novos papéis, na sociedade em geral e nas políticas sociais em particular, ainda que se apresente aparentemente desqualificada em suas atribuições formais. Conhecer as maneiras como ela desempenha esses papéis constitui um desafio para a educação, dado que se trata de uma instituição sobre a qual existe uma multiplicidade de compreensões, que se traduzem em diferentes possibilidades da experiência escolar sobre aqueles que a constroem - diretores, professores, funcionários, alunos e familiares. Entretanto, quaisquer que sejam os paradigmas em que esteja alicerçada, seu papel permanece fundamental no processo de socialização dos sujeitos em nossa sociedade. Não por outro motivo, torna-se foco de uma série de políticas, cujos objetivos, direta ou indiretamente, têm em vista processos de reconstrução social.

Não se pode desprezar o fato de a escola estar atrelada à dinâmica social e , portanto, no seu cotidiano, se conformar - direta ou indiretamente, formal ou simbolicamente - a partir das tensões, contradições e conflitos próprios da sociedade do seu tempo.

Os problemas a que está submetida a escola, particularmente a escola pública, localizada nas áreas pobres e periféricas, voltada às camadas mais atingidas pela desigualdade social, remetem à necessidade de se compreender a instituição em um contexto mais amplo. Em muitos aspectos, a realidade com que se defronta, hoje, a escola pública brasileira, aparece profundamente marcada pela tensa relação com seu entorno e pelo não-atendimento às especificidades daqueles a quem destina seus serviços, configurado na inadequação das propostas pedagógicas e curriculares, no despreparo dos professores, na rigidez das estruturas de gestão e funcionamento.

Apesar de uma parcela substancial daqueles a que atende serem reconhecidos como jovens, a escola ainda parece distante, em sua atuação cotidiana, de uma compreensão mais clara sobre a especificidade dessa condição. O que significa, para a “escola de jovens”, desenvolver práticas educativas com a juventude?

Cabe ressaltar que, em cada tempo, em cada sociedade, os significados de juventude são construídos de maneira diversa, a começar pela própria definição do período da vida identificado com essa categoria. Idade não é um dado imediato na consciência universal, variando bastante em diferentes formações sociais. Não se trata apenas, portanto, de uma questão cronológica, tendo um forte significado social.

A incorporação da juventude como agente de destaque no cenário contemporâneo está relacionada aos processos extremamente velozes de urbanização e modernização, ocorridos, principalmente, a partir da segunda metade do século XX. Esses processos vêm resultando na construção de novos referenciais nos campos da ética, da moral, dos costumes e do comportamento, entre outros.

No cenário brasileiro, os jovens, freqüentemente, aparecem como protagonistas em questões ligadas à violência, às drogas. Suas expressões, suas tentativas de atuar na construção de sua própria história são pouco visíveis aos olhos do restante da sociedade, incluindo-se aí a escola. Pouco se diz sobre quem, de fato, são esses jovens, sobre como vivem e como se relacionam, por exemplo, na escola. Por um lado, o temor e o sentimento de insegurança que o imaginário adulto associa ao jovem traduzem-se na ameaça que ele encarna para o mundo adulto. Por outro, quando se relaciona a questão da juventude à da cidadania, o que se focaliza, geralmente, são os problemas.

Pesquisas recentemente realizadas sobre jovens estudantes permitem observar que, de um modo geral, os alunos dos estabelecimentos públicos defendem a opinião de que a escola deve constituir-se como espaço dotado de diversas funções, sobretudo a socializadora, de forma a possibilitar a construção de conhecimentos, a convivência, a experiência e a crítica social.

No que concerne aos conteúdos programáticos do ensino, as opiniões são unânimes: questionam o tipo de matéria e o excesso de conteúdos, cuja utilidade não é percebida; defendem que a escola deve articular os ensinamentos com a vida prática, para prepará-los para o mercado de trabalho; criticam o volume de provas e testes. A escola é vista como liberal quando tem a capacidade de estar aberta ao diálogo, para que os alunos sejam ouvidos e suas reivindicações discutidas. Os jovens consideram que o caminho para que a escola não seja autoritária e não “vire bagunça” deve ser, tão somente, privilegiar as relações pautadas no diálogo, não impor regras excessivas e levar em conta o que pensam os alunos.

A escola é, como se vê, campo de conflitos, em que confrontos entre diferentes agentes se manifestam e, apesar da retórica da participação do jovem - assim como de seus pais e dos moradores do entorno escolar, bem como de representações populares e sindicais -, esta, na prática, é restrita.

Ao se partir do princípio de que a escola não é autônoma, fazendo parte de um determinado contexto social, recebendo múltiplas influências e sendo alvo de diferentes controles, compreende-se que não existem - nem podem existir - propostas salvadoras, capazes de produzir milagres, no que diz respeito à participação da juventude. Todavia, as possibilidades que a instituição apresenta também apontam para a necessidade de se refletir a seu respeito como um espaço que deve estar sempre aberto ao diálogo e ao debate, capaz de admitir e suportar conflitos entre os saberes dos jovens e os dos demais agentes.

Um importante aspecto a ser abordado remete à própria construção das condições necessárias à ampliação das possibilidades de uma aproximação significativa entre escola e juventude. Os jovens atendidos por políticas sociais não enfrentam apenas os obstáculos impostos pela condição de transitoriedade atribuída pela sociedade à sua categoria – a juventude. Enfrentam, ainda – e principalmente – a segregação que lhes é imposta pela cisão social que caracteriza a sociedade brasileira, que exclui das possibilidades de participação democrática e usufruto da cidadania uma parcela cada vez mais significativa da população.

Assim, contorna-se um sério problema: as escolas em que programas para jovens são implantados têm diante de si entraves historicamente acumulados, refletindo uma “crise” que se concretiza na formação precária dos educadores para o diálogo com os jovens; na má remuneração dos docentes e demais envolvidos no trabalho escolar; na inadequação e insuficiência das condições materiais dos estabelecimentos; na escassez de recursos financeiros e na sujeição a intervenções de cunho técnico-pedagógico pontuais, freqüentemente impostas verticalmente e desconectadas de sua prática cotidiana.

No que tange à efetividade das políticas sociais que se baseiam no uso do espaço escolar, um ponto a ser destacado, intrinsecamente associado à situação da escola pública na pauta das decisões de ordem político-administrativa que subjazem a essas políticas, concerne à forma como são concebidos e impostos programas e estratégias para jovens, cujos encaminhamentos atropelam as condições minimamente necessárias à participação da escola e da comunidade na condução de processos que, em princípio, deveriam atender a seus anseios e demandas.

Ao secundarizar-se a experiência construída na adversidade por dezenas de escolas públicas que, de uma forma ou de outra, lutam para preservar seu papel social, deixa-se de trazer à tona e de estimular iniciativas potencialmente inovadoras, impedidas de avançar pelas limitações impostas pela cegueira político-administrativa vigente na esfera da educação e pela adoção de medidas pautadas nos interesses ditados pela ordem homogeneizante das políticas globais.

## Juventude, escola e projeto pedagógico

Nos estudos mais atuais, é possível perceber a escola, por um lado, como um dos locais de reprodução da violência - seja ela moral, simbólica, física, social etc. - e das discriminações - sexual, étnica, econômica etc. Por outro, são também bastante visíveis suas possibilidades como espaço eficaz, tanto de socialização, ressocialização, construção e ressignificação das identidades dos jovens quanto - e, principalmente - de recontextualização de determinações sociais e políticas, possibilidades estas que se concretizam por meio do trabalho escolar. Além disso, o jovem, de maneira geral, demonstra gostar da escola e de seus professores, neles depositando confiança.

Nesse quadro, cabe indagar se estará a instituição tirando partido de suas potencialidades. Historicamente, ela tem se mostrado como espaço de expressão da

cultura de determinados grupos sociais, relegando a segundo plano as diferentes realidades culturais de seu alunado. Conviver com a diferença ou fazer valer as diferenças, conquanto seja direito de cada um de seus alunos, não é, na maior parte das vezes, a preocupação de uma instituição que encara a história desses jovens como única e homogênea. Cabe, pois, buscar alternativas para reverter tal situação.

Com tal perspectiva, é fundamental que se reconheça o fato de que não existe projeto pedagógico que não seja, também, um projeto político. Não há neutralidade possível nessa construção. Como produção coletiva e desafiadora para um determinado grupo, em uma dada sociedade, de um dado tempo, o projeto - instrumento importante para se pensar e definir o que se quer, porque se quer, em favor de quem e como se quer a educação - estará refletindo tanto a visão de mundo quanto as necessidades, as contradições e os sonhos de seus atores, definindo os caminhos a serem seguidos e o compromisso a ser assumido pelos envolvidos na proposta que se quer desenvolver.

Com isso, fala-se da construção de um projeto pedagógico que, a partir da reflexão dos professores, dos jovens, de suas famílias e dos demais interessados na ação educacional a eles dirigida, organiza, sem amarras, caminhos - e não destinos - da prática educativa, voltados para a democracia, para a cidadania e para a transformação.

Entretanto, cidadania e democracia não podem ser valores abstratos e difusos na escola. Romper com essa visão - que, na verdade, só nos afasta do seu exercício real - para construir uma nova identidade como educadores da juventude, parece ser uma das alternativas.

Elaborar projetos de forma coletiva, em um processo do qual todos possam efetivamente participar, não é, todavia, tarefa fácil. De modo geral, a escola que conhecemos não tem essa tradição. Concorrem, para isso, o fato de o professor necessitar dividir-se em muitos empregos, a existência de uma certa descrença nas possibilidades da educação no momento atual, a tendência vertical de nossas estruturas, as formas autoritárias de gestão, ainda muito presentes, e, especialmente, a pouca vivência democrática da sociedade brasileira.

Se trabalhar no coletivo não é uma prática da escola, garantir ao jovem o direito de participar efetivamente das decisões escolares é menos ainda. Isto ocorre não porque as pessoas envolvidas considerem desnecessário fazê-lo, mas porque, historicamente, a ação de planejar tem estado a cargo das chefias, das instâncias superiores, e não dos profissionais que, de fato, executam as ações.

A construção de um projeto pedagógico precisa rever sempre o que já se encontra instituído para, a partir daí, constituir um processo capaz de viabilizar uma escola democrática, direito de todos e dever do Estado, sem desigualdades em seu interior, voltada à formação de cidadãos trabalhadores, criativos e críticos.

E o que seria rever o que já foi instituído na educação de jovens? Nas falas dos educadores, percebe-se, com frequência, uma escola com dificuldades de lidar com a diversidade característica da juventude, com seu jeito de ser, com seus valores e sonhos. Apesar disso, e também com base em depoimentos dos próprios jovens, fica visível a possibilidade de discussão e recontextualização, pela escola, no seu dia-a-dia, de valores

e temas importantes para a juventude. Dentre eles, destacam-se questões vitais para ela, tais como cidadania, violência, democracia, sexualidade e preconceito.

Será, portanto, a partir da própria sala de aula que as possibilidades de transformação do atual estado de coisas tornar-se-ão potencialmente maiores. Um caminho complementar, mas não menos importante, implica a revisão do processo de planejamento (inclusive o curricular) e de outros processos inerentes ao trabalho escolar (como o de avaliação). A partir daí, será possível entender como tais processos, dependendo do modo como foram concebidos, podem trazer contribuição ou dificuldade para o que se quer transformar.

Para a efetivação de um projeto pedagógico democrático, não há como gerir a escola de uma forma que não seja democrática, como um aprendizado. Vivenciar tal experiência, neste caso, é de fundamental importância para todos, especialmente para a juventude, que se mostra descrente das formas institucionalizadas de participação e se encontra distante de sua própria organização como categoria estudantil. Desta forma, a gestão democrática pode contribuir concretamente para a melhoria do serviço oferecido em cada escola.

Entretanto, não bastará que se atribua às escolas o “poder mágico” da gestão democrática; é vital para o processo que se viabilizem, de fato, os meios e as condições para isso, garantidos por políticas educacionais comprometidas com a materialidade que tal autonomia requer.

Se cada projeto é único, porque define a situação também única de cada escola, pode-se pensar em alguns caminhos que orientem sua elaboração, de modo que ele crie raízes e que estas encontrem terreno propício para o seu fortalecimento. Este, sem dúvida, é um grande desafio.

### **Referências bibliográficas**

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), n.5/6, mai. – ago./set. – dez., 1997.

ABRAMOVAY, M.; RUA, M. G. **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO, Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.

\_\_\_\_\_ et al. **Escolas de paz**. Brasília: UNESCO, Governo do Estado do Rio de Janeiro/Secretaria de Estado de Educação, Universidade do Rio de Janeiro, 2001.

ARROYO, M. Escola pública, foco de grandes inovações. **JORNAL DO BRASIL**, Rio de Janeiro, ed. de 3 de dez. 2000. (Caderno Educação e Trabalho). Entrevista.

CARRANO, P. C. R. Identidades juvenis e escola. **Alfabetização e cidadania**. São Paulo: Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil (RAAAB), n.10, nov. 2000.

DAYRELL, J. T. **A música entra em cena: o funk e o hip hop na socialização da juventude em Belo Horizonte**. São Paulo: USP, 2001. Tese (Doutoramento em Educação).

**FARAH NETO, M. Escola, juventude e política social: estudando os processos de participação dos jovens e da comunidade no Programa Escolas de Paz no Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2002. Dissertação (Mestrado em Educação).

---

\* [Técnicos em Assuntos Educacionais da Escola de Educação da Uni-Rio,](#)  
pesquisadores do convênio Uni-Rio – UNESCO- tel 22953884

Filename: Document2  
Directory:  
Template: C:\Documents and Settings\Renata\Dados de aplicativos\Microsoft\Templates\Normal.dotm  
Title:  
Subject:  
Author: Renata  
Keywords:  
Comments:  
Creation Date: 27/1/2008 21:55:00  
Change Number: 1  
Last Saved On:  
Last Saved By:  
Total Editing Time: 19 Minutes  
Last Printed On: 27/1/2008 22:15:00  
As of Last Complete Printing  
Number of Pages: 8  
Number of Words: 3.343 (approx.)  
Number of Characters: 18.058 (approx.)